



TCE EM PAUTA

ANO XVIII - Nº 91

NATAL/RN

JANEIRO E FEVEREIRO DE 2013

FALE, CRITIQUE E PARTICIPE. OUVIDORIA DO TCE: 0800-281-1985



CONSELHEIRO PAULO ROBERTO ASSUME **PRESIDÊNCIA DO TCE PELA SEGUNDA VEZ**

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS SOLICITA INSPEÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO DE NATAL E MOSSORÓ

PÁGINA 3

**CONSELHEIRO TARCÍSIO COSTA
FAZ BALANÇO DA GESTÃO**

PÁGINA 8





NOVO CONSELHEIRO

Indicado pela Assembleia Legislativa, tomou posse, no cargo de conselheiro, Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior (Poti Júnior), em solenidade ocorrida na manhã de quinta-feira, 13/11, na sala de reuniões da Presidência. Ex-prefeito de São Gonçalo do Amarante e ex-deputado estadual, Poti Júnior foi agraciado, na ocasião, com a Medalha do Mérito Governador Dinarte Mariz, entregue pelo conselheiro Paulo Roberto Alves, presidente eleito da Corte de Contas.

CONGRESSO DO MPC

Procuradores que atuam como fiscais da lei nos processos em que as prefeituras municipais de todos os estados brasileiros e os órgãos públicos prestam contas dos recursos públicos recebidos participarão, em Teresina, do 11º Congresso Nacional do Ministério Público de Contas. O evento acontecerá no Auditório do Tribunal de Contas Estadual, no período de 27 a 29 de maio. O encontro de representantes do Ministério Público de Contas é itinerante e acontece anualmente. A edição deste ano tem como slogan "Ministério Público de Contas: Novos Rumos. Novos Desafios". A programação inclui palestras e painéis com palestrantes de vários estados, abordando temas referentes às atividades de fiscalização e competências do Ministério Público de Contas.

ESTÍMULO PARA A MICRO E PEQUENA EMPRESA

Consolidar ações para estimular a implementação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa em todos os municípios brasileiros. Com este objetivo, está sendo articulada uma série de ações envolvendo a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), entre outras instituições. A proposta inicial é desenvolver uma ação de conscientização e sensibilização dos prefeitos para a aplicação da Lei Geral da micro e pequena empresa em todos os municípios brasileiros. Para isso, está prevista a realização, dia 13 de março, do evento "Os Tribunais de Contas e o Desenvolvimento Local", realizado pela Atricon, IRB e Sebrae em Brasília e em todas as capitais Brasil. No TCE/RN a programação está sendo organizada pela Escola de Contas.

SECA X CARNAVAL

O Ministério Público de Contas está de olho nas prefeituras que enfrentam situação de seca e pretendem fazer gastos no carnaval. Em coletiva à imprensa, os procuradores Luciano Ramos e Ricart Coelho afirmaram que permanece em vigor a recomendação para que municípios potiguares evitem gastos excessivos com os festejos carnavalescos. A medida tem por base a prorrogação do decreto da Governadoria que declarou situação de emergência em 139 municípios. "Enquanto perdurar a seca os gestores públicos não devem fazer gastos desarrazoados", comentou o procurador-geral Luciano Ramos. As sanções para quem não cumprir a recomendação vão da abertura de processo no Tribunal de Contas à investigação pelo Ministério Público Estadual, podendo, ainda, ensejar ação de improbidade e inelegibilidade.



COPA TRANSPARENTE

Um acordo assinado entre o Tribunal de Contas da União, o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e a Controladoria Geral da União (CGU) permitirá a unificação de dados para o portal Copa Transparente. O objetivo do portal é permitir que os cidadãos e os órgãos públicos de controle possam acompanhar os gastos públicos para a Copa do Mundo de 2014. "Temos imenso interesse em estabelecer esse tipo de parceria para que as vias de informação possam ser utilizadas pela sociedade brasileira", relatou o ministro Augusto Nardes, vice-presidente do TCU, na solenidade de assinatura da parceria. O portal pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: www.copatransparente.gov.br/

TCE EM PAUTA

COMPOSIÇÃO DO TCE

CONSELHEIROS

Presidente

Paulo Roberto Chaves Alves

Vice-Presidente

Carlos Thompson da Costa Fernandes

Presidente da 1ª Câmara

Maria Adélia de Arruda Sales Sousa

Presidente da 2ª Câmara

Tarcísio Costa

Corregedoria Geral

Renato da Costa Dias

Conselheiro

Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior

Conselheiro (convocado)

Marco Antônio de M. R. Montenegro

Auditor

Cláudio José F. Emerenciano

Secretário-geral

Laércio Segundo de Oliveira

Secretário de Controle Externo

Jailson Tavares Pereira

Consultor Jurídico

Fernando de Araújo Jales da Costa

Chefe de Gabinete da Presidência

Jaime Mariz Neto

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE

Procurador-Geral

Luciano Silva Costa Ramos

Procuradores

Carlos Roberto Galvão Barros

Luciana Ribeiro Campos

Othon Moreno de Medeiros Alves

Ricart César Coelho dos Santos

Thiago Martins Guterres

EXPEDIENTE

Assessor de Comunicação Social

João Batista Machado

Editor

Eugênio Parcelle

Repórteres

Andréia Moraes

Graciêma Maria Carneiro

Miguel Medeiros

Apoio

Hellays Silva

Revisão

João Maria de Lima

Fotos

Jorge Filho

Projeto Gráfico e Diagramação

Terceirize - (84) 3211-5075

Impressão

Solução Gráfica

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO

GRANDE DO NORTE

Av. Getúlio Vargas, 690 - Petrópolis - Natal/RN - CEP.

59.012-360

Telefone/Fax: (84) 3642-7278

Site: www.tce.rn.gov.br | E-mail: tce-ccs@rn.gov.br



Procurador do Ministério Público de Contas Carlos Roberto Galvão Barros solicitou inspeção em escolas municipais com baixo índice no IDEB

CONTROLE

INSPEÇÃO ESPECIAL EM ESCOLAS PÚBLICAS DE NATAL E MOSSORÓ

O Tribunal de Contas do Estado vai realizar uma inspeção especial na educação pública de Natal e Mossoró, especificamente nas escolas que obtiveram os piores indicadores no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. A proposição feita pelo procurador do Ministério Público junto ao TCE Carlos Roberto Galvão Barros, na sessão da Segunda Câmara de Contas, foi acatada à unanimidade dos conselheiros.

“A educação deve ser tratada como prioridade absoluta. Infelizmente, o quadro do ensino no país é lastimável, e em Natal encontram-se escolas com os piores indicadores do País, de acordo com o IDEB, pesquisa realizada pelo Ministério da Educação”, relatou o Procurador, informando que deverão ser analisadas as dez escolas com os resultados mais pobres da capital e de Mossoró.

Em Natal, serão analisadas as escolas municipais Vereador José Sotero, Prof. Waldson José Bastos Pinheiro, Prof. Francisco de Assis Varela Cavalcanti, Prof. Luiz Maranhão Filho, João XXIII, Emanuel Bezerra, Djalma Maranhão, Irmã Arcângela, Profa. Maria Madalena Xavier de Andrade e Profa. Adelina Fernandes. Em Mossoró, serão investigadas as escolas Celina Guimarães Viana, Evilásio Leão, Joaquim Felício de Moura, Piqueri e Sindicalista Inácio.

Carlos Roberto Galvão ressaltou que deverão ser verificadas questões como a situação das instalações físicas (alvenaria, luminária, mobiliário das salas de aulas, refeitórios, banheiros e áreas de lazer); aferição de existência quantitativa e qualitativa de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar; atendimento à Lei Federal nº 10.098, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e existência de corpo docente capacitado e compatível com a quantidade de alunos.

O Procurador sugere ainda que sejam abordados diretores, professores e servidores, para que explicitem os problemas mais graves das unidades de ensino. Entre outros resultados, a inspeção culminará com um Termo de Ajustamento de Gestão, com a definição de obrigações e prazos a serem cumpridos.



Diretora de Despesa de Pessoal do TCE, Jandira Borges de Oliveira



Diversas autoridades prestigiaram abertura do encontro

CAPACITAÇÃO

ENCONTRO ORIENTOU NOVOS PREFEITOS PARA UMA GESTÃO RESPONSÁVEL

O município que ainda não criou o seu controle interno não receberá o certificado de adimplência emitido pelo Tribunal de Contas do Estado. Com isso, não poderá celebrar convênios e, conseqüentemente, terá sua gestão prejudicada. O alerta foi dado pelo instrutor de controle externo do TCE, Francisco Nascimento de Sousa, no painel “Orientações básicas aos gestores”, realizado no Encontro com Prefeitos – Transição 2012/2013/Gestão 2013/2016, lembrando que esta determinação está em vigor desde junho de 2012.

No painel foram abordadas questões diferenciadas, tendo como diretriz o cumprimento da Legislação em vigor

e a eficiência e eficácia da gestão. As apresentações foram iniciadas com o inspetor do TCE, Ricardo Barbosa Vilaça, abordando aspectos do controle interno e a fiscalização de obras. “O controle interno é uma atividade essencial para a gestão pública”, enfatizou, lembrando da necessidade da escolha de pessoas competentes para atuar neste setor. Com relação à fiscalização de obras, enfatizou a importância do planejamento, traçando um plano de ação que contemple questões legais, financeiras e administrativas.

Em seguida, o inspetor Francisco Nascimento abordou os aspectos necessários para uma gestão responsável, o que deve contemplar a estrutura organi-

zacional, recursos humanos, materiais e financeiros do município. Também enfatizou que o prazo para a disponibilização de dados da prefeitura na internet, como prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal, será encerrado em 27 de maio de 2013. “A partir desta data, todos os municípios terão que ter o seu portal da transparência”, informou.

O painel constou ainda da apresentação da diretora de despesas com pessoal do TCE, Jandira Borges de Oliveira, destacando a Resolução 030, publicada dia 30 de novembro último, tratando da obrigatoriedade do envio mensal da folha de pagamento de pessoal e cadastro dos servidores para análise da legalidade

pela Corte de Contas.

Finalizando as apresentações, a técnica Ana Paula Pachelli, do Núcleo de Ações e Prevenção à Corrupção da Controladoria Geral da União – CGU, destacou aspectos relevantes da Lei de Acesso à Informação (nº 12.527/11) que define a disponibilização da informação pública como um bem, um direito do cidadão. “O acesso à informação agora é regra. O sigilo é exceção”, ressaltou. O encontro foi uma realização do TCE, através da Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira, em parceria com a CGU-R/RN, TCU – SECEX/RN e FEMURN.

POSSE

CONSELHEIRO PAULO ROBERTO ASSUME A PRESIDÊNCIA DO TCE

“A sociedade brasileira – e a do RN não é diferente – clama a cada dia mais pela correta aplicação dos recursos públicos. Essa postura social resulta numa crescente expectativa no sentido de que os Tribunais de Contas se tornem mais operosos e vigilantes, coibindo desvios e punindo irregularidades”. O trecho faz parte do discurso do conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves, na solenidade do posse no cargo de Presidente do TCE, acrescentando que “somente haverá regularidade e equilíbrio da gestão dos recursos públicos se contarmos com uma tríplice parceria: do controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa e dos Tribunais de Contas; do Controle Interno, a cargo dos órgãos gestores; e do Controle Social, a cargo da sociedade”, ressaltou.

O conselheiro Paulo Roberto Alves foi empossado para o segundo mandato em sessão solene especial, realizada na manhã desta sexta-feira, perante autoridades, como a governadora do Estado, Rosalba Ciarline; o vice-governador, Robinson Faria; o presidente da Assembleia Legislativa, Ricardo Mota; a presidente do Tribunal de Justiça Judite Nunes; o ministro da Previdência Social, Garibaldi Filho; o senador Garibaldi Alves; o deputado federal Henrique Eduardo Alves; o desembargador Marcelo Navarro e a procuradora do Ministério Público Tereza Cristina, entre outras autoridades dos três poderes, além de convidados especiais, familiares e servidores da Casa. Na ocasião, também tomaram posse os conselheiros Carlos Thompson Fernandes, vice-presidente; Tarcísio Costa, corregedor; Renato Costa Dias ouvidor, e a conselheira Maria Adélia Sales, diretora da Escola de Contas “professor Severino Lopes de Oliveira”.



Na solenidade de posse, conselheiro Paulo Roberto destaca o papel educativo dos Tribunais de Contas

Ainda no discurso, Paulo Roberto ressaltou que “a atuação dos Tribunais de Contas não se deve restringir ao estabelecimento de imposições punitivas: antes de exclusivamente punir, há que atuarem preventivamente, o que supõe uma prévia ação orientativa. É a chamada função pedagógica do processo de controle externo”. Essa função, disse, tem se destacado com as ações desenvolvidas pela Escola de Contas.

O Conselheiro lembrou ações executadas na sua primeira gestão como presidente, como apoio do Programa de Modernização do Controle externo – Promoex, como a implantação do planejamento Estratégico, da Ouvidoria, ao mesmo tempo em que destacou projetos e ações implementados pelo ex-conselheiro Valério Mesquita, como o processo eletrônico, os mutirões, a seletividade da análise processual, a atuação preventiva e concomitante em relação aos atos de

gestão. “Todas essas ações merecerão a devida priorização desta Presidência”, enfatizou. Por fim, prestou homenagem aos conselheiros que tiveram passagem pela Corte de Contas, destacando Nélio Dias e José Gobat Alves e, finalizando, agradeceu o apoio recebido pela família.

O conselheiro Tarcísio Costa destacou que, neste pequeno período de tempo exercendo a presidência desta Casa, deflagrou o processo do concurso público para o cargo de Auditor, “papel de extrema importância para o aperfeiçoamento do controle externo”. Disse ainda que “o momento é de transparência, de participação, bem como de esperança. Não consigo enxergar o Tribunal de Contas apenas exercendo o papel de repressor, herético, instituído com o único fim de impor sanção. Ao revés, o vejo acima de tudo como bússola. Sempre orientando os gestores, a fim de que estes

não incorram em erro”.

Neste aspecto, lembrou que na sua primeira gestão criou a Escola de Contas Professor Severino Lopes, instrumento eficaz para um trabalho educativo junto aos gestores e servidores públicos, nas esferas estadual e municipal.

Por fim, destacou a competência do conselheiro Carlos Thompson, na qualidade de vice-presidente da nova gestão, e o novo procurador-geral do Ministério Público junto ao TCE, Luciano Ramos, “ambos podem auxiliar, em muito, para mais uma profícua gestão”. Por sua vez, Luciano agradeceu a confiança junto ao Ministério Público de Contas e lamentou a situação que passa a capital do Estado de não ter uma referência no comando, o que reflete na qualidade dos serviços básicos, afirmando a necessidade de o Ministério Público ser mais influente no controle do orçamento e, conseqüentemente, das políticas públicas.

DISCURSO DE POSSE - PAULO ROBERTO

Discurso de posse do conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves, no cargo de Presidente do Tribunal de Contas do Estado, para o biênio 2013/2014:

"Há exatos quatro anos, num dia como este de final de dezembro, encerrava-se o meu primeiro mandato de Presidente desta Corte de Contas, transcorrido ao longo do biênio 2007/2008. A generosidade e a confiança dos meus colegas Conselheiros - afastado o entendimento de que estaria cedo para voltar ao cargo - fazem-me retornar à Presidência, missão altamente honrosa, porém não menos difícil e desafiante.

A sociedade brasileira - a do RN não é diferente - clama a cada dia mais pela correta aplicação dos recursos públicos. Essa postura social resulta numa crescente expectativa no sentido de que os Tribunais de Contas se tomem mais operosos e vigilantes, coibindo desvios e punindo irregularidades.

Registre-se, todavia, que somente haverá regularidade e equilíbrio da gestão dos recursos públicos se contarmos com uma tríplice parceria: do controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa e dos Tribunais de Contas; do Controle Interno, a cargo dos órgãos gestores; e o Controle Social, a cargo da sociedade.

Saliente-se, igualmente, que a atuação dos Tribunais de Contas não se deve restringir ao estabelecimento de imposições punitivas: antes de exclusivamente punir, há que atuarem preventivamente, o que supõe uma prévia ação orientativa. É a chamada função pedagógica do processo de controle externo.

Essa função - no caso do nosso TCE - tem-se destacado com as ações desenvolvidas pela Escola de Contas, seja em favor da capacitação do nosso Corpo Técnico, seja promovendo o treinamento de gestores e técnicos pertencentes aos órgãos jurisdicionados. São exemplos dessas ações de capacitação os inúmeros eventos, compreendendo cursos, seminários, fóruns, encontros, muitos dos quais realizados em regime de cooperação institucional com outros órgãos e entidades.

Revestido da maior importância, merece destaque o Curso de Graduação Tecnológica, de conteúdo curricular voltado para área do controle externo, oferecido em regime de parceria com a UFRN, tendo como público-alvo servidores efetivos do TCE, os quais, até então, não tinham frequentado um curso superior.

Com a vigência da atual Constituição, as Cortes de Contas tiveram suas competências ampliadas, significativamente, e mais tarde acrescidas das



Conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves assume TCE para o biênio 2013/2014

inúmeras atribuições instituídas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que, de forma inovadora, prescreveu para os gestores públicos uma nova postura em matéria de gestão administrativa: de um lado, caracterizada pela responsabilidade, transparência e controle de suas ações; e, de outro, orientada pelos pressupostos do planejamento, prudência, disciplina, metas e riscos, obedecendo a limites de gastos com pessoal e fixando restrições relacionadas com atos de final de mandato e dívida mobiliária.

Por último, há a destacar a tão badalada Lei da Ficha Limpa, a qual, concebida e implementada sob o efeito de intensa mobilização popular, prevê o encaminhamento à Justiça Eleitoral de provas processuais relativas a atos de ordenação de despesas irregulares, das quais podem resultar a inelegibilidade dos respectivos gestores.

Ambos os diplomas legais deram maior abrangência e responsabilidades à atuação do controle externo. Nesse contexto, não foi diferente com o nosso Tribunal. Apesar de contar com um quadro de pessoal integrado por cerca de 350 servidores, tem a incumbência institucional de fiscalizar mais de 500 unidades jurisdicionadas, integrantes dos diferentes órgãos dos poderes públicos, estaduais e municipais.

Em recente pesquisa realizada pelo Centro de Estudos da Opinião Pública da Universidade de Campinas - UNICAMP, com o objetivo de se aferir os riscos de corrupção nas variadas instituições públicas, Brasil afora, o nosso TCE alcançou uma posição privilegiada em relação aos demais, com a constatação de que a influência

externa constatada no âmbito dos conselheiros foi de 'baixo risco'. É pena que a mídia não divulgou o fato com o mesmo destaque, que certamente não teria faltado a uma notícia depreciativa - perdoem-me o desabafo!

Em nossa primeira gestão, priorizamos mecanismos e ações voltados para a modernização do controle externo. Instituímos, com o apoio do PROMOEX - Programa de Modernização do Controle Externo, o Plano Estratégico, que representou um instrumento de orientação ao processo de planejamento das atividades e metas a serem cumpridas. Em outras palavras, trata-se da indicação do caminho a ser seguido pela administração do Tribunal. Instalamos a Ouvidoria, disponibilizando-a em favor do controle social, dando vez e voz ao cidadão. Ultimamos as pré-condições para realização do concurso público destinado ao provimento de 72 vagas por profissionais de diferentes especialidades: informática, administração, contabilidade, direito, economia e engenharia. Coube à minha sucessora, Conselheira Maria Adélia Sales, homologar o referido certame e convocar, para nomeação, os primeiros concursados. Na gestão subsequente, conduzida pelo Conselheiro Valério Mesquita, é que se deu a quase totalidade das nomeações para as vagas disponíveis.

Ao pontuar algumas das realizações do meu primeiro mandato, não deixo, todavia, de registrar o meu novo compromisso de, em homenagem ao princípio da continuidade administrativa, avançar na consolidação dos projetos e ações implementados pelo Conselheiro Valério Mesquita, cuja gestão foi recentemente interrompida em decor-

rência de sua aposentadoria.

O processo eletrônico, os mutirões, a seletividade da análise processual, a atuação preventiva e concomitante em relação aos atos de gestão, todas essas ações merecerão a devida priorização desta Presidência.

Além disso, estimularei o uso do valioso instrumento da atuação cautelar da Corte de Contas, como forma de coibir e breçar a malversação de dinheiro público em seu nascedouro.

Permito-me ver simbolizados na administração de Valério Mesquita os esforços empreendidos por todos os ex-Presidentes desta Casa, em favor da modernização do controle externo. Valho-me da oportunidade para, em seu nome, saudar todos os Conselheiros que tiveram passagem por este órgão, permitindo-me destacar o nome de dois deles: Nélio Dias, homem de garra e afeição a este TCE, a quem tive a honra de sucedê-lo como Conselheiro; e o saudoso José Gobat Alves, a cuja memória de equilíbrio e sensatez sempre recorrerei nos momentos de dificuldades que o exercício desta Presidência venha oferecer ao seu titular.

Ao Conselheiro Tarcísio Costa, que acaba de me transmitir esta Presidência, sendo ao mesmo tempo investido no cargo de Corregedor, agradeço as atenciosas palavras de saudação a mim dirigidas. Não posso deixar de enaltecer a sua postura ética, colocando este seu sucessor a par de todos os atos e decisões adotados nestes quarenta e cinco dias de mandato.

Aos demais dirigentes - meu Vice-presidente, Conselheiro Carlos Thompson; Ouvidor, Conselheiro Renato Dias; Diretora da Escola de Contas, Conselheira Maria Adélia - a certeza de que, muito mais do que colegas de equipe dirigente, serão permanentes e fraternais colaboradores no enfrentamento dos desafios cometidos a esta Presidência. Ao Conselheiro Poti Júnior, mais novo integrante deste Colegiado, a alegria de tê-lo conosco; ao Conselheiro convocado Marco Montenegro e ao Auditor Cláudio Emerenciano, agradeço, não só por acreditarem nos propósitos deste novo Presidente, mas sobretudo pela certeza de que contarei com o apoio e colaboração de ambos.

Dirijo-me ao Procurador Luciano Silva Costa Ramos, recém-empossado no cargo de Procurador-Geral do Ministério Público e Contas, para agradecer as suas atenciosas palavras de saudação e, ao mesmo tempo, manifestar toda expectativa no sentido de que esse órgão ministerial, sob sua direção e contando com a valiosa atuação dos demais Procuradores - aos quais saúdo neste

momento -, continuará a contribuir com o aperfeiçoamento do processo de controle externo.

Não pouparei esforços visando à valorização do quadro de servidores da Casa. Coloco-me à disposição para analisar todos os seus pleitos com a maior atenção, compatibilizando sempre as propostas reivindicatórias com as possibilidades de atendimento disponíveis, de tal modo que se adote, internamente, o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, da mesma forma por nós aplicada quando do julgamento de contas dos jurisdicionados.

Disponho-me a uma convivência amigável e respeitosa com o SINDICONTAS e demais entidades representativas dos servidores. Ao me referir a servidores da Casa, não posso omitir um agradecimento todo especial a todos os funcionários

Somente haverá regularidade e equilíbrio da gestão dos recursos públicos se contarmos com uma tríplice parceria: do controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa e dos Tribunais de Contas; do Controle Interno, a cargo dos órgãos gestores; e o Controle Social, a cargo da sociedade

que trabalham ou trabalharam comigo ao longo dos meus doze anos de TCE. Aproveito a oportunidade para, representando toda a equipe, saudar o advogado Fernando Jales, que, há anos, tendo iniciado como estagiário no meu Gabinete, acaba de ser escolhido para exercer, nesta nova gestão, as elevadas funções de Consultor Jurídico do Tribunal de Contas.

Convoco, pois, a todos que integram este Tribunal de Contas, para um grande mutirão a ser realizado, em caráter permanente e englobando a atuação de todas as instâncias e unidades que compõem esta Instituição. Acrescento que essa convocação pressupõe o exercício de um esforço conjugado, voltado para o aperfeiçoamento do controle externo a cargo deste Tribunal.

Declaro o firme propósito de buscar o apoio e a cooperação institucional dos Poderes constituídos - Governo do Estado, Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Controladoria Geral da União, Tribunal de Contas da União, ATRICON - Associação dos membros dos Tribunais de Contas e Instituto Rui Barbosa, estes últimos integrantes do Sistema de Controle de Contas

Brasileiro. E, por último, afirmar que referido apoio e cooperação tornar-se-ão indispensáveis para a nossa administração.

O momento que se segue exige, de minha parte, serenidade e controle, para evitar que a emoção não atrole as minhas palavras. Agradeço o intenso e permanente apoio recebido de minha família, começando por meu pai, Garibaldi Alves, um homem correto e leal. Quis o destino que a sua vida pública viesse a ser encerrada ocupando um cargo que o seu grande líder, Aluizio Alves, não ocupou: Senador da República. Minha mãe, Vanice Alves, de quem, modéstia à parte, nós, seus filhos, sempre recebemos o " legado de sua encantadora humildade e simplicidade. Às minhas irmãs Maria das Graças e Maria Auxiliadora, sempre amigas e presentes. Ao meu irmão, Garibaldi Alves Filho, que é sempre o mesmo homem simples, cordial e sincero, independentemente dos cargos que ocupe. Tenho tido o privilégio de acompanhar de perto sua brilhante trajetória política, que honra e orgulha, não só os seus familiares, mas todo o Rio Grande do Norte e o Brasil.

Ao Deputado Henrique Eduardo Alves, titular de onze consecutivos mandatos na Câmara Federal, prestes a concorrer à eleição para ocupar a sua Presidência. O que mais se admira nele é sua bravura em defender os interesses do Estado, bem assim

a sua solidariedade, nos momentos adversos, para com familiares e amigos, herança recebida de seu pai Aluizio Alves. Ao meu tio Agnelo Alves, deputado estadual, um batalhador pela vida e pelas liberdades democráticas.

Chegando à minha casa, encontro-me em primeiro lugar com minha esposa Sibebe. Além de amiga e companheira, dada a sua condição de psicóloga, ajuda-me constantemente a compreender a complexidade humana. Os filhos Gabriela, publicitária, que encontrou na sua profissão a melhor forma de exercitar o seu talento: o da comunicação; Felipe, que, incorporando desde cedo a genética vocacional da família, acaba de ser eleito Vereador por Natal. Desculpem-me os presentes pelo tempo dedicado à apresentação deste quase álbum de família, mas é um roteiro da minha vida, das emoções e lições. Registro, por prudência, que esses sentimentos jamais interferiram e não interferirão na minha função de julgador de contas públicas e presidente desta Corte.

Muito obrigado!"



TRANSIÇÃO

DISCURSO DO CONSELHEIRO TARCÍSIO COSTA, AO DEIXAR O CARGO DE PRESIDENTE DO TCE

"Excelentíssima Senhora Rosalba Ciarline, Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, em nome da qual saúdo as demais autoridades presentes e representadas nesta solenidade, Queridos Conselheiros e Auditores Servidores do Tribunal.

Minhas senhoras e meus senhores: Início minhas palavras citando o escritor potiguar Oswaldo Lamartine: 'A primeira condição de quem escreve é não aborrecer'.

O poeta Vinicius de Moraes dizia que 'a vida é arte do encontro, embora exista tanto desencontro pela vida'. Aqui, neste momento, promovemos um encontro sem desencontro, pois comungamos do mesmo objetivo, ou seja, o fortalecimento da Instituição Tribunal de Contas.

Quis o destino, por meio dos desígnios de Deus e de Nossa Senhora de Santana, e graças ao apoio fraterno e benevolente dos meus queridos pares, que deixasse pela segunda vez a Presidência desta Augusta Casa, quando sucedi o eminente Conselheiro Valério Alfredo Mesquita, a quem rendo minhas homenagens.

A primeira vez que assumi tal mister foi no biênio 2003/2004, Desta vez, por um período de aproximadamente 40 (quarenta) dias. Em ambos os períodos a minha dedicação foi a mesma, pois sou um entusiasta defensor das Cortes de Contas,

As relevantes funções que exerci ao longo da minha vida funcional, tanto na Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, onde fui Professor, Diretor de Centro, Vice-Reitor, bem como na Administração Pública Estadual, dentre elas Presidente da COSERN, Secretário Chefe do Gabinete Civil, conferiram-me sólida e ampla visão do aparato administrativo. Nesta Corte, de igual modo, exerci a presidência da Primeira e Segunda Câmaras de Contas, Corregedor, Vice-presidente e Presidente por duas vezes.

Em ambos os cargos citados acima, foi nesta Corte de Contas que tive uma visão acurada da Administração Pública, desta vez do outro lado do balcão, como diz o ditado popular.

Por isso, com esta visão, sou cada vez mais defensor do princípio consti-

tucional da presunção de inocência. Não se pode botar na rua da amargura o gestor que ainda está exercendo o direito ao contraditório.

Minhas senhoras e meus senhores. Neste pequeno período de tempo exercendo a Presidência desta Casa, deflagrei o processo do concurso público para o Cargo de Auditor. Para tanto, a comissão encarregada de tal função já entregou o relatório com as devidas recomendações, restando a continuidade de processo, razão pela qual aproveito a oportunidade para rogar aos novos dirigentes agora empossados, que deem continuidade a tão importante projeto.

Como é de todos sabido, o papel do Auditor é por demais importante para o aperfeiçoamento do controle externo, sobretudo depois da entrada em vigor da nossa Lei Orgânica (Lei Complementar no. 464/2012). Nesse contexto, não tenho medido esforços no sentido de tomar as medidas necessárias de dotar esta Corte dos mecanismos necessários para um funcionamento mais efetivo. Não existe Corte de Contas forte com um corpo técnico sem qualificação, daí o exemplo do Tribunal de Contas da União - TCU.

Na qualidade de Conselheiros, ou seja, julgadores das contas públicas, temos a obrigação de prestar contas à sociedade, pois é ela que nos remunera. Por isso, vejo com satisfação a participação dos diversos segmentos da sociedade na Administração Pública. Temos que incentivar tais procedimentos, apenas combatendo os excessos, pois os princípios constitucionais estão em voga e precisam ser respeitados. O momento é de transparência, de participação, bem como de esperança. Não consigo enxergar o Tribunal de Contas apenas exercendo o papel de repressor, hermético, instituído com o único fim de impor sanção. Ao revés, o vejo acima de tudo como bússola, sempre orientando os gestores, a fim de que estes não incorram em erro.

Aliás, nesse passo, na nossa primeira gestão criamos a Escola de Contas Professor Severino Lopes, instrumento eficaz para um trabalho educativo junto aos gestores e servidores públicos, nas esferas estadual e municipal. Depois dela, fortalecemos o

” Não consigo enxergar o Tribunal de Contas apenas exercendo o papel de repressor, hermético, instituído com o único fim de impor sanção

controle externo, sem ser só pelo lado repressor. Incutimos uma filosofia em que os princípios da legalidade, da moralidade, da eficiência e da razoabilidade puderam andar de braços dados. Com isso, a visão repressora deu lugar a uma visão educativa.

Todos nós desejamos um Tribunal de Contas com resposta ágeis, com ações eficazes, granjeando o respeito dos fiscalizados e confiança da sociedade.

Presidente Paulo Roberto, Vossa Excelência assume pela segunda vez a Presidência desta Egrégia Corte de Contas. Antes de Vossa Excelência aportar nesta Casa, desempenhou alguns cargos, quer na iniciativa privada, quer na área pública, tais como: Assessor do Senado Federal, Secretário de Trabalho e Ação Social, Secretário Chefe do Gabinete Civil, dentre outros. Aqui nesta Casa, além de Presidente pela segunda vez, desempenhou outros tantos cargos também de enorme relevância. Em todos os cargos ocupados por Vossa Excelência, a eficiência, a probidade e a ética foram constantes, sem deslembrar o espírito conciliador, característica típica do temperamento de Vossa Excelência.

No primeiro mandato de Vossa Excelência, foram comemorados os 55 anos de fundação do nosso Tribunal. Vossa Excelência, na qualidade de Presidente, sediou o 24º Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, em parceria com Associação dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICOM. Da mesma forma, foi iniciativa de Vossa Excelência a inovadora providência de julgamento, por decisão monocrática do Conselheiro Relator, dos atos de admissão e aposentadoria de pessoal, tornando mais efetivo o controle dos atos geradores de despesa.

O PROMEX, Programa de Modernização dos Tribunais de Con-

tas do Brasil, com recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, de igual modo, deu maior agilidade e eficiência às ações desta Corte.

Vale aqui uma lembrança: foi na administração do Conselheiro Getúlio Alves da Nóbrega que o Convênio com o instituto acima referido foi assinado. Foi também na primeira administração de Vossa Excelência que foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Estratégico, em parceria com o Tribunal de Contas da União - TCU. Com essa nova ferramenta, foi possível a esta Corte implantar procedimentos visando à fiscalização de todos os órgãos e setores que, por imperativo constitucional, prestam contas dos recursos públicos por eles recebidos.

Nesse passo, foram ministrados, através da nossa Escola de Contas, 20 (vinte) cursos de capacitação, abrangendo 2.200 (dois e duzentos) servidores, incluindo aqueles pertencentes ao nosso quadro de pessoal.

Senhor Presidente, estou convicto de que todas essas ações não sofrerão solução de continuidade durante a gestão de Vossa Excelência, dado o seu espírito de administrador eficiente.

Conselheiro Paulo Roberto, nessa empreitada Vossa Excelência tem ao seu lado, na qualidade de Vice-presidente, o Conselheiro Carlos Thompson, profundo conhecedor desta Casa, pois aqui chegou quase adolescente.

Em que pese ainda jovem, Carlos Thompson tem um currículo extenso, com desempenho e vários cargos públicos, nos quais destaco o de Consultor Jurídico desta Casa e o de Procurador do Ministério que atua junto a este Tribunal. Tenho certeza de que o seu eminente companheiro de chapa irá auxiliar Vossa Excelência na árdua tarefa que ora se inicia.

Dirijo agora a palavra ao Ministério Público que atua junto a este Tribunal, na pessoa do seu Procurador-Geral, Dr. Luciano Ramos. Vossa Excelência tem uma função da mais alta responsabilidade. Primeiro, porque substituiu o Procurador Thiago Martins Guterres, um habilidoso conciliador, além de detentor da mais alta competência. Segundo, porque o Ministério Público, sendo parte integrante da estrutura do TCE/RN, tem a missão de andar de mãos dadas com a Presidência desta Casa. Daí porque está nas mãos de Vossa Excelência desafio tão importante, Não poderia, por questão de justiça, prestar minha homenagem àqueles que me auxiliaram neste tempo tão curto, mas de muita valia para a nossa Instituição. A vocês e aos demais componentes do laborioso corpo técnico, o meu muito obrigado.

Tenho meu profundo respeito por todos os Conselheiros e Auditores que compõem esta Casa. Juntos, vamos ajudar o Conselheiro Paulo Roberto nesse novo desafio.

Reitero minha crença inabalável em Deus e em Nossa Senhora de Santana, padroeira da minha amada cidade Caicó. Já falei demais. Fugiu do meu estilo, mas ainda tenho algumas palavras a dizer. Atualmente o homem vê diminuir os preceitos de ética, de liberdade, de solidariedade e de amizade. Por isso, relembro a bela frase do eminente Ministro do Tribunal de Contas da União Ubiratan Aguiar: 'Sinto falta dos poetas e pensadores. Sinto falta dos seres humanos que crescem na capacidade de se emocionar e ter sonhos. As máquinas, um dia talvez venham a pensar. Mas nunca terão sonhos'.

Chico Buarque de Holanda, em uma de suas músicas, nos brindou com estes versos: 'A gente vai contra a corrente até não poder resistir, na volta do barco é que sente, o quanto deixou de cumprir'. Se deixei de cumprir alguma coisa, não foi proposital, mas tão somente pela condição de humano que sou. Encerro estas considerações, citando o poeta Horácio: 'Fiz o que pude e o que soube. Quem souber mais e puder, que faça melhor'.

Que Deus nos abençoe. MUITÍSSIMO obrigado a todos".

EMPOSSADA EQUIPE PARA O BIÊNIO 2013/2014

O presidente do TCE, conselheiro Paulo Roberto Alves, empossou os novos diretores da instituição para o biênio 2013/2014, numa solenidade que contou com a presença de conselheiros, auditores e procuradores do Ministério Público de Contas. Os diretores empossados são os seguintes:

CHEFE DE GABINETE



JAIME MARIZ DE FARIA NETO é bacharel em Direito, graduado pela Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do RN - FARN, com Pós-graduação concluída na Fundação Escola Superior do Ministério Público - FESMP, no Curso de Preparação à Carreira do Ministério Público; foi estagiário no TCE no período de abril de 2003 a abril de 2005; ocupou o cargo em comissão junto ao TCE na Diretoria de Assuntos Municipais - DAM e Chefe de Gabinete da Presidência do TCE. Advogado militante e sócio do escritório de advocacia Mariz, Bezerra & Azevedo;

DIRETOR DE EXPEDIENTE



EDSON JOSÉ FERNANDES FERREIRA, advogado, exerceu os cargos de Diretor da EMPROTURN, foi Subsecretário, Secretário Adjunto e Secretário de Estado de Turismo do Rio Grande do Norte. Foi Diretor de Administração e Finanças da EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo); exerceu também o cargo de Diretor da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste); foi Assessor Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte.

DIRETOR DE ATOS E EXECUÇÕES



EDUARDO FELIPE BORGES CARNEIRO COSTA é bacharel em Direito pela Universidade Potiguar. Advogado, foi Agente Judiciário de Proteção da 1ª Vara da Infância e da Juventude de Natal/RN e Assessor de Gabinete de Conselheiro no TCE; aprovado no concurso público para o Cargo de Assessor Técnico de Controle e Administração do TCE/RN, no ano de 2009, e no concurso público para o provimento do Cargo de Agente de Diligências do Ministério Público Estadual, no ano de 2012.

SECRETÁRIO GERAL



LAÉRCIO SEGUNDO DE OLIVEIRA é licenciado em Letras pela UFRN, pós-graduado em Administração de Sistemas Educacionais pela Fundação Getúlio Vargas. Além de docente da UFRN, exerceu vários cargos públicos, entre os quais os de Secretário Estadual de Educação e Cultura. No TCE, foi diretor-geral da Escola de Contas e chefe de gabinete.

DIRETORA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA



MICHELY GOMES DE ARAÚJO TINOCO é tecnóloga em Administração e pós-graduada em Gastronomia é empresária e já exerceu as funções de chefe de material e patrimônio da Procuradoria-Geral de Justiça; diretora administrativa da UNICAT - Secretária de Saúde; assessora parlamentar, na Assembleia Legislativa, e assessora de gabinete no TCE.

JOÃO BATISTA MACHADO é bacharel em Comunicação Social pela UFRN, iniciou suas atividades profissionais na década de 1960. Trabalhou nos jornais Tribuna do Norte e Diário de Natal, de onde se afastou para ser secretário de imprensa do governo do Estado, cargo que exerceu nas gestões de Tarcísio Maia, José Agripino, Radir Pereira e Vivaldo Costa. Correspondente do jornal O Globo/RJ.

COORDENADORA DA ESCOLA DE CONTAS



MARLÚCIA DE SOUZA SALDANHA é graduada em Serviço Social pela UFRN, cursou pós-graduação em Administração e Planejamento da Educação e Desenvolvimento Comunitário e especialização em Desenvolvimento Organizacional pela Universidade da Califórnia - EUA. Foi pró-reitora de Planejamento da UFRN, Secretária de Estado e consultora da ONU.

DIRETOR DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA



WILTON DE CARVALHO COSTA é bacharel em Ciências Contábeis pela UFRN e Direito pela UnP, foi servidor da extinta Cohab, atualmente Datanorte. À disposição do TCE desde 1995, já exerceu suas funções na Inspeção de Controle Externo, Diretoria de Administração Municipal, Diretoria de Atos e Execução; membro da Comissão de Controle Interno e pregoeiro do TCE.


DIRETORA DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

MARGARETH CRISTINA DUARTE é formada em Administração de Empresas pela UFRN e Direito pela UnP. É funcionária do TCE desde 1986. Esteve à disposição da Secretaria de Administração onde ocupou a chefia de Gabinete. Trabalhou na Coordenação de Pessoal da Fundação José Augusto e foi diretora da Administração-Geral do TCE em dois períodos.


DIRETOR DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

HUMBERTO DE ARAGÃO MENDES NETO, formado em Administração pelo CEUB-Brasília e pós-graduado em Auditoria Governamental pela Escola de Governo da UFRN, já exerceu os cargos de diretor de Assuntos Municipais e diretor da Inspeção do Tribunal de Contas.


DIRETORA DE ATOS DE PESSOAL

KÍVIA CUNHA PEREIRA BRITO é graduada em Direito pela UFRN, com especialização em Direito Administrativo e Gestão Pública. É servidora do TCE desde 1986, tendo ocupado o cargo de Diretora de Pessoal e Material. Exerceu o cargo de Diretora de Serviços Auxiliares, que originou a Diretoria de Atos de Pessoal.


DIRETOR DA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO

CARLOS EUGÊNIO PEREIRA DE OLIVEIRA é bacharel em Direito pela UFRN, foi assessor jurídico na Secretaria de Saúde do Estado, presidente da comissão de licitações da Sesap, assessor jurídico da Datanorte, Chefe de Gabinete do TCE, coordenador da Corregedoria do TCE, coordenador administrativo da Saúde e coordenador da Assessoria Jurídica do gabinete civil da governadora.


DIRETORA DA SECRETARIA DAS SESSÕES

TEREZA CRISTINA ROCHA NASCIMENTO é formada em Estatística pela UFRN, com especialização em Organização, Sistemas e Métodos. Atuou 19 anos no BDRN. No TCE, atuou na DAM. Fez o curso de Secretariado Executivo e em 2003, foi nomeada para a Secretaria das Sessões do Tribunal Pleno. Coursou especialização em Gestão Pública, Auditoria Governamental e Desenvolvimento Gerencial na UFRN.


SECRETÁRIO DE CONTROLE EXTERNO

JAILSON TAVARES PEREIRA é bacharel em Administração pela Universidade Estadual do RN, com especialização em Auditoria Governamental pela UFRN. Foi instrutor da Escola de Contas e participou da elaboração do Sistema Integrado de Auditoria Informatizada - SIAI. Coordena a comissão que fiscaliza as obras da Copa 2014.


DIRETOR DE INFORMÁTICA

PAULO ROBERTO OLIVEIRA DE MELO é formado em Ciências Contábeis pela UFRN, ingressou na Datanorte em 1993, onde participou do desenvolvimento de vários sistemas em diversos órgãos da administração pública. Em 1995, foi colocado à disposição do TCE. A partir de 1988 passou a dirigir o Centro de Processamento de Dados.


DIRETORA DE DESPESA COM PESSOAL

JANDIRA BORGES DE OLIVEIRA é graduada em Ciências Contábeis e especialista em Gestão Pública e Auditoria Governamental pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Servidora do quadro efetivo do TCE, durante nove anos foi diretora da Diretoria de Administração Municipal - DAM, agora foi convocada para a Diretoria de Despesa com Pessoal, criada recentemente.


COORDENADORA DA OUVIDORIA

ZÊNIA MARIA CHAVES LOPES DE ALCÂNTARA é bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com especialização em auditoria governamental.


CONSULTOR JURÍDICO

FERNANDO JALES COSTA é bacharel em Direito, pela Universidade Potiguar, foi assessor de gabinete da presidência no período de 2002 e 2006, ocupou a Chefia de Gabinete da Presidência em 2007 e 2008; voltou à Assessoria de Gabinete de 2009 a 2012. Também exerceu os cargos de assessor jurídico do Conselho de Administração do RN e auditor da Justiça Esportiva.



PROCURADORIA-GERAL

PROCURADOR LUCIANO RAMOS ASSUME CHEFIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

Um sonhador de pé no chão. Depois de assistir ao discurso de posse do novo procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, Luciano Silva Costa Ramos, na sessão extraordinária do Conselho Superior do Ministério Público de Contas, na sexta-feira, 14/12, pela manhã, é assim que os presentes começam a perceber características marcantes deste baiano que sonha em contribuir com as mudanças tão desejadas pela sociedade.

Num discurso marcado pelo improviso, Luciano Ramos denominou-se de soteropotiguar, ou seja, uma mistura de baiano, com dendê e trio elétrico, seduzido pela terra e povo potiguar. “Olho sorridente para aquele menino de 24 anos entrando nesta Casa, recém-saído da faculdade e aprovado em concurso público, e hoje vejo quanto amadureci, como mudei com esta verdadeira escola que é o TCE”,

revelou.

A solenidade foi presidida pelo então procurador-geral do MPJTCE, Thiago Guterres, e contou com a presença do presidente do TCE, Tarcísio Costa, do procurador-geral de Justiça do Ministério Público, Manoel Onofre Neto; do presidente eleito do Tribunal de Justiça, Aderson Silvino; além de conselheiros, procuradores, parlamentares, militares e servidores da Corte de Contas.

Despedindo-se do cargo, Guterres agradeceu o apoio recebido na gestão, destacando o trabalho executado pelo então presidente Valério Mesquita e denominando o colega Luciano Ramos como um profissional competente, dedicado, estudioso. “Ele está preparado para a missão que vai assumir. Desejo sucesso e boa sorte no cargo”, disse.

Entre as dificuldades que vai enfrentar, Luciano

Ramos destacou a situação da saúde na capital e no Estado, que inclusive decretaram calamidade pública, além da realização da Copa do Mundo em Natal, “que pode ser um sucesso, contribuindo para o fortalecimento do Estado, ou gerar despesas a tal ponto que comprometa o futuro de várias gerações”, ressaltou.

Entre os participantes da solenidade, não passou despercebido o orgulho de uma mãe. Formada em Ciências Contábeis, dona Eunice Silva Costa Ramos contou que o filho sempre quis ser advogado, atuar na área de Direito, desde criança demonstrava este desejo. “É algo que está nas veias dele”, enfatizou. Ainda no discurso de Luciano, das várias citações que fez, cabe uma do escritor Victor Hugo que reflete um pouco aquele momento: “Nada é mais forte do que uma ideia cujo tempo chegou”.